

Decolonialidade e identidade, conexões com saberes e fazeres no território da cidadania da baixada cuiabana

De-coloniality and identity, connections with things to know and do in the citizenship territory of greater Cuiabá

Lisanil da Conceição Patrocínio PEREIRA¹

Boaventura Souza SANTOS²

Luiz Augusto PASSOS³

Lori Hack de JESUS⁴

Resumo

O presente texto foi construído a partir de experiências vivenciadas com trabalhos de formação continuada e pesquisas advindas da linha: Educação e Diversidade, da UNEMAT/Campus de Juara, curso de Pedagogia, principalmente, com o apoio dos projetos de extensão e pesquisas sobre Educação e Diversidade. Mas, recentemente, somando-se ao Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE), ensaia-se a articulação necessária entre Freire e Merleau-Ponty (PASSOS, 2014). Aliás, foram os encontros dos projetos e dos grupos de pesquisas da UNEMAT e UFMT que contribuíram com a aproximação ao movimento da economia solidária, encontros e vivências que hoje vão além do projeto.

Palavras-chave: Território. Identidade. Juventude. Mulheres.

Abstract

This text was constructed based on the experiences obtained from continuous development work and research from the following line: mainly from Education and Diversity, from the UNEMAT/Campus in Juara, Pedagogy course, with the support of the extension and research projects of Education and Diversity. However, recently, to add to the Social Movement and Research Group (GPMSE), there is a view for the necessary articulation between Freire and Merleau-Ponty (PASSOS, 2014). In fact, it was the UNEMAT and UFMT project and research group meetings that contributed to the approximation to the joint economy, encounters and experiences movement that today goes beyond the project.

Keywords: Territory. Identity. Youth. Women.

1 Professora da UNEMAT. Pós-doutora em Educação pela UFMT sob a supervisão do prof. Luiz Augusto Passos. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Leal e do NEDET/Baixada Cuiabana. UNEMAT. Endereço: Av. Rio Arinos, Juara-MT. Tel.: (65) 3556-2940. Cep 78.575-000. Email: <leal@unemat.br>.

2 Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é professor da Universidade Wisconsin-Madison nos Estados Unidos. Coordenador do CES (Centro de Estudos Sociais) e do Observatório Permanente de Justiça da Universidade de Coimbra. Email: <bsantos@ces.uc.pt>.

3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Coordenador do Grupo de Pesquisa GEMPO (Movimentos Sociais e Educação). Av. Fernando Correa. Email: <passospassos@gmail.com>.

4 Professora da UNEMAT. Mestre em Educação pela UFMT. É integrante do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal (LEAL), onde coordena projetos na área da educação em relações raciais.

Introdução

O território da Cidadania da Baixada Cuiabana comporta os seguintes municípios: Acorizal, Barão do Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande e Planalto da Serra. Entre as ações desenvolvidas no projeto de interface entre a pesquisa e a extensão com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), define-se contribuir com a criação das seguintes instâncias:

- Colegiado do Território da Cidadania;
- Núcleo Diretivo;
- Câmara Técnica de Inclusão Produtiva;
- Grupos de Trabalho de: Educação do/no campo, Comercialização, Economia Solidária, Central de Comercialização;
- Comitês de: Comunidades Tradicionais e Povos Quilombolas, de Mulheres e de Juventude.

Por sua vez, juntamente com os Comitês, foram organizadas as seguintes Conferências Territoriais:

- a. Segurança Alimentar e Alimentos Saudáveis (21/07/15, realizada na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM));
- b. Juventude (06/09/15, realizada no Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público do Estado de Mato Grosso (SINTEP));
- c. Mulheres (25/09/15, realizada no SINTEP);
- d. Extensão Rural e Produção Agroecológica (ATER) (25/09/2015, realizada na cidade de Nossa Senhora do Livramento).

Todas as ações foram desenvolvidas por meio da extensão em interface com a pesquisa, e envolveram a produção de dados, informações e conhecimentos que possibilitem à população desse território a inclusão nas Políticas Públicas, com a finalidade da melhoria da qualidade de vida, sobretudo por parte das mulheres, jovens rurais e, mais especificamente, duas comunidades quilombolas. Esse Núcleo é resultado do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal (LEAL/CNPq). O trabalho foi intenso e, ao longo do desenvolvimento das atividades, estabelecemos parceria com a Escola Centro-Oeste de Formação da Central Única dos Trabalhadores (ECO/CUT),

pois ambos os grupos trabalham com a Educação do/no Campo e Economia Solidária amparada na pedagogia *freireana*. A partir da ECO/CUT foi possível reacender o diálogo com a Pedagogia da Esperança (FREIRE, 1992) e a Pedagogia da Solidariedade (FREIRE, 2014). Assim, começamos o trabalho tendo como fundamento a visibilidade e implementação da Economia Solidária, procurando valorizar a cultura, a religiosidade dos povos tradicionais e povos do Quilombo desse território, com mais ênfase nos municípios: Nossa Senhora do Livramento e Poconé, muito em razão do apoio institucional da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Poconé. Outrossim, tem se constituído um espaço de aprendizagem na formação da equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baixada Cuiabana (NEDET) e da ECO/CUT com ações no Estado de Mato Grosso, educadores e comunidade em geral. Essas ações são amparadas na filosofia *freireana* como uma *pedagogia da indignação* (FREIRE, 2000) nos processos de conhecimento e reconhecimento do Outro (DUSSEL, 1993), o que remete a entender a Educação do/no Campo e a Economia Solidária como uma utopia, embora um projeto possível (DUSSEL, 2002).

Carece destaque que as ações do e no NEDET, fortemente amparadas institucionalmente pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) e pela Delegacia do MDA em Mato Grosso, possibilitaram os encontros de outros encontros entre nós. Encontros como aqueles com Dona Benedita, militante das ações comunitárias em Cuiabá, nos idos da década de 1980, hoje isolada no Município de Planalto da Serra, que, ao encontrar com esse grupo, é como se renascesse para a vida. Mesmo com a idade impondo limites, não perdeu a esperança. Nessa perspectiva, o Movimento de Mulheres e de comunidades tradicionais surge como um movimento expressivo de resistência e de resiliência, ressignificando no Território o lugar da vivência e da morada. Ou seja, mais do que a reprodução da vida, significa a continuidade das ações culturais, da esperança e da libertação. A institucionalização e/ou criação dos Comitês, conforme proposto no Edital, fomentou fortemente o desenvolvimento das atividades desse projeto.

1. Discorrendo a experiência a partir da ideia de uma universidade popular

Temos acompanhado compreensivamente as ações dos atores do território da cidadania da Baixada Cuiabana, procurando transpor a análise e/ou as categorias estruturalistas e do cientificismo que pensam que a análise é a destruição em pedaços, que vislumbra tudo em caixinha, como se dessa forma fosse possível compreender aquilo que está ao redor, o que não é verdade, pois, vejam, os

movimentos reais da mente consistem em separar para compreender, depois juntar tudo de novo e ir além, ver as referências ao redor que geram uma identidade que o objeto não terá sozinho. Por isso, procuramos compreender as ações do Colegiado do Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, por unir os dois movimentos da mente que são reais como manifestação dos fenômenos vivos do mundo para nós. Procuramos, dessa forma, compreender da maneira mais dialógica como o Colegiado do Território, tem contribuído com a democratização do poder e o controle social por meio do chamamento de novos atores para uma composição compartilhada, sendo nossa estratégia romper com o que vinha ocorrendo mediante a composição de alguns membros. Entendemos, portanto, que composição é estratégia privilegiada de legitimação por participação de corpo presente. Tal processo, ao nosso ver, não tem relação com a democracia, é só estratégia de legitimação do controle sobre as lideranças mais fortes e não democráticas. O trabalho do NEDET/Baixada Cuiabana começou de forma inversa. Primeiro, conhecendo o espaço e seus significados, bem como as possibilidades e as pessoas pertencentes a esses lugares, ou seja, com o diálogo e em processo de aprendizagem construímos apontamentos reais e necessários de políticas públicas. Dentre essas, destacamos a formação dos Comitês de Juventude, Povos Tradicionais e de Quilombo e de Mulheres, esse último com a parceria da ECO/CUT da CUT, trabalho consolidado em Economia Solidária.

A metodologia para o desenvolvimento do referido projeto ocorreu por meio de proposições e experiências de ações de extensão e pesquisa, envolvendo a participação do Outro (que somos todos nós) na construção e possibilidade de propor Políticas Públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida, com ênfase nas mulheres, jovens e populações tradicionais e de quilombo. Assim, existe articulação do pensamento dialético com o fenomenológico, segundo autodenominação do próprio Paulo Freire (PASSOS, 2015) e Merleau-Ponty (1999, 2004), no que tange às questões das relações entre opressores e oprimidos, pois se observam no território, de forma por vezes sutil, nas relações que não reproduzem os mesmos mecanismos de concorrência, suprematismo, opressão sobre outros, aniquilação dos diferentes. Esse poder não serve para os oprimidos. Ele refaz o círculo da violência, ele não é educativo; ao contrário, gera novos ditadores porque perde o elo da cultura tradicional dos povos latino-americanos, que é no sentido de disputar sempre juntos, com, sem divisões. Aqueles, os outros que participam do território desde a sua criação no primeiro mandato do Presidente Lula, mesmo que inconscientemente, passam o sentimento de não pertencimento a um território tão rico em povos tradicionais, esses ainda muito distantes do acesso a políticas públicas. Entre as ações do NEDET junto ao Colegiado tem sido importante o encaminhamento de demandas da

gestão da Central de Comercialização da Baixada Cuiabana. O NEDET tem sido testemunha em relação à contribuição do Colegiado com o controle social, sobretudo da implementação de Políticas Públicas que têm ajudado a minimizar a pobreza dos agricultores familiares que resistem na reprodução no meio rural.

Consubstanciado na arte da escuta do outro/a, assim o outro/a assume lugar importante no território e na economia solidária, visto que as atividades da economia solidária são autogestionárias.

2. NEDET: educação popular, resistência/insistência e identidades no território

As ações do NEDET estão fortemente amparadas na ideia de Educação Popular e Economia Solidária desenvolvida pela ECO/CUT. De acordo com Boaventura de Souza Santos (informação verbal)⁵ é importante que a universidade desenvolva ações de extensão para aprender com os movimentos a estar próxima a eles; assim, utilizamos a observação participante de pessoas que estão dentro, mas que olham e sentem também o que o Outro sente, porque fazemos parte desse Outro, partindo do princípio de que conhecendo o outro é possível conhecer a si mesmo. O Território da Cidadania da Baixada Cuiabana é resultado do processo contraditório de modernização da agricultura brasileira, pois com a ocupação intensa do Estado de Mato Grosso, a partir de políticas públicas, intensificaram-se os confrontos entre trabalhadores rurais e capitalistas, acirrando-se a luta de classes no espaço agrário, o que resultou na exclusão de grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras. A ocupação da terra no Estado de Mato Grosso faz parte do processo histórico, social e econômico do Brasil, que, ao longo do tempo, tem beneficiado pessoas na distribuição de terras. O Estado se apresenta como responsável em favorecer com propriedades de terras pessoas de fora de suas fronteiras territoriais, bem como as ligadas ao poder. Isso ocorre desde o início da ocupação desse território, ou seja, desde o período em que as terras eram distribuídas em forma de sesmarias. Os camponeses, comunidades tradicionais e de quilombo eram o mais importante segmento, pois as áreas de sesmarias representavam no Estado um espaço de reprodução camponesa. Representavam uma garantia da produção, distribuição e acesso aos meios de vida. Ainda hoje

5 Informação verbal de Boaventura de Souza Santos (curso de verão: Epistemologias do Sul: Boaventura de Sousa Santos em diálogo com ALICE, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, 22 - 30 de jun. 2016).

se fazem presentes no território mato-grossense camponeses de áreas de sesmarias nos municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande. Todos esses municípios fazem parte da Baixada Cuiabana. Pode se dizer que a Baixada Cuiabana conseguiu manter as manifestações culturais do ser mato-grossense nas suas origens. Com a perda das terras em que trabalhava boa parte dos pequenos proprietários de terras, a alternativa foi submeter-se às várias formas de exploração em grandes propriedades rurais ou então migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida (CANDIDO, 2010).

De uma forma ou de outra, seja no campo, seja na periferia das cidades, a questão social se agravou, cabendo ao governo a tarefa de encontrar solução para o problema.

Assim, fortalecer as comunidades que sobrevivem da Agricultura Familiar/campesinato é muito importante para cessar o êxodo do campo para a cidade. Também é importante o investimento na educação do campo, inclusive para manter as tradições cultural e produtiva, que constituem uma riqueza imaterial do povo mato-grossense e não pode se perder. Entende-se também que estar no campo é resultado do movimento de insistência/resistência que persiste porque tem mistério na sua refeitura, porque transcende a situação *vivendis*. Compreende-se, em complementaridade, que necessário se faz a presença real de Políticas Públicas, pois esses territórios são lugares de homens e mulheres cidadãos, com direitos. As comunidades presentes no território, como as de Povos Tradicionais e de Quilombos, resistem para se manter com sua produção e conseguem, inclusive, trabalhar de forma coletiva. Não obstante, elas tem hoje dificuldades de logística, a exemplo de fazer chegar seus produtos aos centros de comercialização, sendo esse um grande desafio para o Território da Cidadania da Baixada Cuiabana. Nessa linha, é notório que a manutenção dessas comunidades no campo requer Políticas Públicas que assegurem a sua reprodução, garantindo, por exemplo, escolas de ensino médio e logística de escoamento para a produção.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos camponeses do Território da Cidadania da Baixada Cuiabana é a comercialização de seus produtos, limitada principalmente pela falta de logística de transporte disponível em seus municípios. A ativação da Feira Roças e Quintais na Central de Comercialização da Agricultura Familiar, em 2014, no Município de Várzea Grande, representou a oportunidade para o apoio à comercialização dos produtos da Agricultura Familiar nesse Território. Essa Feira permite um aporte rápido de recursos ao agricultor familiar, visto que a venda é direta ao consumidor final, no entanto, os agricultores familiares feirantes vêm dos municípios da Baixada Cuiabana e não têm onde pernoitar. Considere-se que retornar para sua cidade significa gastos que tornam a atividade penosa e dispendiosa, visto que eles enfrentam a dificuldade de transporte do produto e de si próprios.

Na esteira desse rol de dificuldades, o NEDET e o LEAL, possuem o intento de construir uma Rede de Cooperação Solidária no e do Território da Cidadania, que deverá colaborar com o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Um dos gargalos dos empreendimentos é a comercialização de seus produtos, tanto em relação à Central de Comercialização da Agricultura Familiar como, ainda, no que se refere à necessidade de orientação para que os agricultores possam se organizar para atender os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em virtude dos dois municípios mais populosos do Estado de Mato Grosso, Cuiabá e Várzea Grande, estarem inseridos no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, há necessidade de se importar grande parte dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, especialmente frutas, hortaliças e pequenos animais, uma vez que os municípios que compõem o Território passam, ainda, por um processo de reestruturação de sua atividade produtiva, transporte e comercialização. As atividades do NEDET e de Economia Solidária e Popular têm sido um espaço de aprendizagem na formação de estudantes, educadores e comunidade em geral. É um movimento da educação popular consubstanciado na filosofia freireana como uma pedagogia da indignação nos processos de marcha e no reconhecimento do Outro (DUSSEL, 1993) e, por isso, de estratégia de não subordinação, colonização ou uso das pessoas para fins de mercado.

Trata-se, pois, da ousadia de fazer e de lutar pelo que acreditamos e, junto com o outro, reconhecendo-o como quem vive a cultura, valoriza o conhecimento ancestral que se expressa no ser mato-grossense, conhecendo a terra, as plantas, recursos, a forma própria de produção adequada e sustentável da roça e do sítio, que ainda incluem práticas coletivas de produção, revivenciando as relações comunitárias. Tais processos são possíveis de vivenciar no Quilombo do São Benedito, no Município de Poconé, onde está nascendo a Rede de Economia Solidária da Baixada Cuiabana (RECOSOL), como resultado já das atividades do NEDET e do pós-doutoramento (realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso- PPGE/UFMT). A concepção freireana, aqui circunscrita como pedagogia de rua, é de uma universidade como prática crítica de liberdade, emancipação e autonomia, que parte da ideia da leitura de mundo, parte da reflexão das ações no âmbito do território da Baixada Cuiabana e da dialogicidade entre os empreendimentos solidários do território.

Esta pesquisa participante e ou pesquisa-ação refere-se a um trabalho que procura transformar a realidade, conhecendo, dialogando e convivendo com o outro, ajudando-nos a refletir sobre nossa prática de fazer interculturalidade corporal, vivida, a partir do olhar do outro.

Economia Solidária faz parte da luta e/ou é resultado de uma educação popular ensinada por Paulo Freire em suas várias pedagogias, sobretudo, aquela expressa na *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987), na *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2015), na *Pedagogia da Indignação* (FREIRE, 2000), na *Pedagogia da Esperança* (FREIRE, 1992) e na *Pedagogia da Solidariedade* (FREIRE, 2014).

Nosso maior desafio é dialogar com essas obras do Paulo Freire, o que vem sendo desenvolvido e é resultado da luta de um grupo de professoras que já relataram suas experiências em outro texto (FERREIRA, PEREIRA, JESUS, 2014). O diálogo escrito aqui é resultado de experiências vividas desde 2006, quando um grupo de professores chegaram no Campus da UNEMAT de Juara, no noroeste do Estado de Mato Grosso. O texto publicado no livro *RuAção* (2014), inconcluso ainda por questões de segurança, mas pretende ser uma denúncia tal qual escreveu Dom Pedro Casaldaliga, no dia 10 outubro de 1971: “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.” Casaldáliga denunciou uma igreja em conflito na Amazônia e esse grupo de professores vem denunciando, na verdade, um Campus Universitário em conflito no noroeste do Estado de Mato Grosso, lugar, onde povos indígenas foram dizimados e sofrem preconceito até hoje, ao ponto de recebermos abaixo-assinado pedindo que o espaço físico da universidade fosse desinfetado após estadia dos povos indígenas em atividades no Tempo Universidade. Esse povo do qual falamos vive na terra indígena Apiaká-Kayabi (etnias/povos: Munduruku, Apiaká e Kayabi).

Importante dizer que a educação popular nos ensina a denunciar e anunciar em qualquer espaço seja nas experiências de encontros, aulas, cursos, as ocorrências que envolvem pessoas com feição indianizada. Foram anos de trabalho, e depois de tanta negação ao trabalho com a linha Educação e Diversidade é que chegamos à conclusão de que foram encontros conforme ensinamento de educação de Paulo Freire (2005), ocorridos conosco, “[...] entre nós, e conosco mesmo. Mencionar ‘conosco’ é dizer da coletividade das decisões dialogicizadas e dialetizadas nos conflitos, nos desejos, nas dificuldades e na realização de cada ação [...]” (FERREIRA, PEREIRA, JESUS, 2014, p. 253).

Aprendemos que Oprimido não é só o grupo, o Outro: o nós, pelos quais lutamos, são oprimidos, mas nós, professores, pesquisadores, estudantes, somos Oprimidos por uma sociedade e por universidades burocráticas, centralizadas, que medem forças pelo poder, que negam a ampliação da participação coletiva, o exercício coletivo sadio ao interferirem maquiavelicamente nas relações do trabalho pedagógico, tendo por objetivo minar processos educativo-políticos mais humanos. Nessa perspectiva, é fundamental que nós, conosco e com outros, nos organizemos nos ensinamentos da *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2015), seja na reflexão sobre a prática, seja na assunção da identidade cultural,

seja na consciência do inacabamento. Freire nos ensina que como professor crítico e arrojado,

[...] responsável predisposto à mudança, à aceitação do diferente. Nada do que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se. Repito, porém, como inevitável, a *franquia* de mim mesmo, radical, diante dos outros e do mundo. Minha *franquia* ante os outros e o mundo mesmo e a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento. (FREIRE, 2015, p. 50, grifos do autor).

Assim, temos a assunção que também erramos, mas ensinamos, seja na rua coberta por meio dos Kalungas, em comemoração ao dia da consciência negra, no centro da cidade, aos olhos dos outros, ensinamos e aprendemos nossa indignação, ensinamos a transgredir e também aprendemos, inclusive, com os gritos do silêncio, o silêncio do medo, o medo que também ensina a esperança. Como nos ensina Freire, não somos:

Nós estamos nos tornando, vindo a ser. Para que nós, seres humanos, sejamos o que somos, nós necessitamos nos tornar, vir a ser aquilo que somos. Nós não precisamos ser – se nós simplesmente somos, nós paramos de ser. Nós somos precisamente por nós estamos nos tornando. (FREIRE, 2014, p. 25).

O NEDET e o Movimento da Educação do/no Campo e Economia Solidária procuram construir espaços de discussões, ouvindo o outro, tentando entender a necessidade daquele que nos fala, no intento de construir não exatamente uma utopia como um sonho que não se realiza, mas:

Realização ou ‘aplicação’ da utopia e o projeto possível (*factibilidade efetiva*) [...] Tendo-se providenciado para a comunidade de comunicação das vítimas um diagnóstico de sua alienação e possuindo uma visão positiva da sua utopia e projeto possível, é necessário dar o último passo, o da factibilidade real a posteriori, como aplicação ou realização. (DUSSEL, 2002, p. 478, grifos do autor).

Dussel nos fala, então, da utopia possível e que nos embala a continuar, o trabalho neste Brasil diverso de culturas, e também pela resistência de dois

povos historicamente massacrados e invisibilizados. Para nós, isso implica na solidariedade de luta com o povo negro (do Quilombo da Baixada Cuiabana) e o povo indígena (do Vale do Arinos), porque Economia Solidária reúne povos indígenas, negros, jovens, mulheres e comunidades tradicionais. O território, chamado por luta de cidadania, é o lugar da vivência e das manifestações culturais de identidades étnicas. Assim, trata-se de compreender a realidade local, dando a visibilidade aos povos invisíveis, que precisam ser vistos a partir de uma compreensão de sua presença no mundo.

Nesse sentido, Freire (2015, p. 75, grifo do autor) afirma:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *história*, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para adaptar, mas para *mudar*.

Acreditamos que o território e a economia solidária são os espaços do mundo possível, de um mundo melhor, que exige de nós capacidade de fazer com e não fazer para.

No Brasil, os negros receberam o sinônimo de negros refugiados de quilombos. No território da Cidadania da Baixada Cuiabana temos 63. Quilombos em sete dos 14 municípios deste território. Nesse sentido, propiciar discussões a partir da Lei 10.639/2013 no Colegiado do Território e nas atividades da Economia Solidária ajudará a disseminar a história e a cultura do negro, africano e brasileiro, proporcionando condições de desenvolvimento de ações que possibilitem a diminuição do índice de evasão e repetência de alunos (as) negros(as), comprovadamente mais elevados que de alunos(as) brancos(as). Isso ocorrerá em decorrência da valorização das manifestações culturais e saberes dessa população negra por meio de ações, principalmente a partir de um trabalho articulado com a Superintendência da Diversidade da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso para implementação de políticas públicas voltadas à educação em áreas de quilombo. Cabe destacar que, segundo dados do Plano Brasil Quilombola (BRASIL, 2012, p. 9), “[...] 24,81% dos quilombolas não sabem ler”. Esses dados apontam para a necessidade de medidas emergenciais e necessárias para atender a demanda, bem como evitar que tal situação perpetue. O cumprimento da Lei 10.639/03 pode levar à valorização da história e da cultura da África e do afro-brasileiro, mediante oficinas, fortalecimento de grupos de estudos, preparação teórico-metodológica de

professores para atuar nessa área do conhecimento, confecção de materiais didático-pedagógicos e elaboração de textos didáticos e artigos resultantes dos trabalhos produzidos para publicação em revistas e anais de eventos. Compreendemos, portanto, que somente essas ações não são suficientes para a inclusão, a permanência e o sucesso de alunos(as) negros(as) na escola. Isto será promovido por meio do cumprimento da Lei 10.639/03, que obriga as escolas a efetivarem um trabalho que estimule a valorização da história e da cultura do negro na sociedade brasileira.

Compreendemos que é função da universidade oferecer os subsídios necessários para que as escolas de educação básica desenvolvam projetos nesse sentido, seja por intermédio da formação inicial, da pesquisa ou da extensão. Dessa forma, o desenvolvimento das referidas atividades pode contribuir com o processo de democratização do ensino superior no território onde esses municípios estão situados. Essa lei, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo oficial das escolas de educação básica, indica a necessidade de extrapolar o campo específico da História e da Linguagem, atingindo níveis mais amplos para a formação de professores na questão racial e, assim, diversificar o campo de ações.

O NEDET, a partir da educação popular de educação, tem contribuído com uma reconfiguração, numa perspectiva de resistência e afirmação da identidade, como manifestação da força negra. Mas também isso se expressa em parceria com a força indígena, que, ao longo do tempo, como outras identidades, têm enfrentado e construído o sentido da resistência/insistência de estar e de ser pessoas dos seus lugares e das suas lutas na busca de direitos humanos, valorização, respeito e reconhecimento do Outro.

Palavras Finais

Em 2016, os grupos de pesquisa estiveram juntos no SEMIEDU/2016, na organização de atividades paralelas com o III Simpósio Internacional e com a I Jornada das Populações do Brasil, também devido aos trabalhos e vivências com o grupo COEDUC/UFMT, responsável pelo evento em 2016, com a temática sobre Povos Indígenas. Entrelaçadas com as ações do NEDET, na Baixada Cuiabana, ancorados nos princípios dos direitos humanos, da resistência e da afirmação da identidade dos povos tradicionais e do Quilombo, subsidiados pelas ações dos governos Lula e Dilma, ainda que tímidas, permitiram o Desenvolvimento Territorial e o empoderamento de comunidades que até então estavam totalmente invisibilizadas. Ainda assim, temos dívidas sociais imensas, sobretudo com a Reforma Agrária e a agricultura familiar. No entanto hoje, pós-golpe parlamentar

em curso no país, é inegável reconhecer que houve avanços, e isso não podemos perder. Não é questão de governo, mas sim do povo brasileiro.

Passos (2015) nos motiva a sermos solidários, a ter esperanças, a nos colocar no lugar do outro(a), considerando como ponto de partida as raízes das sociedades Banto e Egípcia, opostas às sociedades de raiz indo-européia, que produziram as bases da filosofia de plantão – ou atualmente existentes dentro do capitalismo? Nas sociedades tribais e comunitárias, como nas sociedades indígenas, sobremaneira Bororo, Xavante, Enawenê Nawê, no Mato Grosso, as mulheres eram – e continuam a ser – consideradas como fonte direta da vida e da criação, não raro a raiz da identidade que se propaga a todos e todas; para outras, deusas e rainhas, com destaque na organização política desses povos, sem o nível da violência legitimado pela força e expropriação e, por conseguinte, aniquilação do papel político das mulheres, em todos os âmbitos, com o Estado. O Nordeste continuou a manter a Presidenta Dilma, bem como as sociedades tribais contemporâneas fortemente organizadas no Pará, e em todo o Nordeste, onde prevalece a cultura indígena como matriz.

Não podemos ignorar ou acreditar que as questões econômicas sejam as únicas razões da crise de governabilidade. Novamente, os iluministas são os grandes derrotados, por sua forma autoritária, elitista, patriarcal e guerreira, e por seu vício de sociedades secretas, de porões, cujo acesso são somente aos homens. Os ataques à presidenta Dilma possuem como matriz predominante sua condição de mulher. Para Passos (2014), a Economia Solidária está fundada na Filosofia, com base na perspectiva de seu Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE/CNPq), que tem ensaiado uma articulação necessária entre Paulo Freire, Merleau-Ponty e Dussel (PASSOS, 2014). Aliás, foram os encontros dos projetos e dos grupos de pesquisas da UNEMAT e da UFMT que contribuíram para a aproximação do Grupo de Trabalho ao qual pertencemos hoje, ao movimento da Economia Solidária, motivando encontros e vivências conjuntas, que hoje vão além do projeto inicial. Nossas ações tem se ancorado nos princípios dos direitos humanos, da resistência e da afirmação da identidade dos povos tradicionais e do Quilombo, inserido na Economia Solidária.

Assim, junto(a)s, temos acompanhado compreensivamente, procurando superar a ênfase na *análise*, que funda na modernidade um modo sem subjetividade, como também das categorias universalistas das chamadas análises estruturais, que fundam o cientificismo que pensa que a análise é a destruição em pedaços, colocando o pensado como real, e tudo em caixinha, como se dessa forma fosse possível compreender o que está ao redor.

Desta forma, isso sequer é real, ou verdade. Os movimentos reais da mente consistem em separar para compreender, e depois juntar tudo de novo, e ir além,

ver as referências ao redor que geram uma identidade que o objeto não terá sozinho; por isso, procuramos compreender o todo, contextualizado, na qual a vida da pessoa não se separa das coisas da terra e do mundo.

A efetivação das políticas públicas não depende apenas da sua legalidade, ou seja, de estar criada e sancionada pela Presidenta da República, vai muito além, porque precisa chegar onde essas mulheres estão, em suas comunidades, para que a política saia da esfera idealizada para o mundo material, concreto.

Os avanços alcançados pelos movimentos sociais do campo precisam ter o nosso reconhecimento, respeito, colaboração, em especial das *mulheres do campo da Baixada Cuiabana*, que atuam em diversas frentes, lutando não apenas para a conquista de direitos em causa própria, mas também para modificação das relações de trabalho, da sustentabilidade, da geração de renda, da educação para os filhos, da preservação dos costumes, da natureza e da vida.

Os movimentos de mulheres do campo mostram que um dos caminhos para as alterações da estrutura social está na organização coletiva, que é capaz de promover mudanças nas conjunturas macro (políticas) e micro (locais, nas comunidades), na medida em que alcançam as legislações, por exemplo.

É um marco histórico já que a construção política e econômica do Brasil foi pensada a partir de grupos dominantes, e em sua maioria, comandada por homens, brancos, burgueses. O rompimento com essa hegemonia machista e patriarcal acontece também com a chegada de uma Presidenta Mulher a frente do país.

Assim, compreendemos que têm sido atendidos alguns direitos das mulheres na medida em que observamos no Programa Territórios da Cidadania, com enfoque nas mulheres do campo, recursos destinados ao fomento da agricultura familiar, o direito a terra e a créditos, antes não concedidos. Um dos passos que temos acompanhado refere-se à criação dos colegiados territoriais para a materialização dessas políticas, que leva em consideração as necessidades regionais, por meio da participação efetiva de todas as mulheres do campo em Mato Grosso.

A intencionalidade desta escrita reside no esforço de aproximar a relação estabelecida por Paulo Freire com Merleau-Ponty, em sua obra e ação, e em estabelecer um diálogo de complementaridade entre a filosofia dialética e a fenomenologia, e como elas poderiam auxiliar a expressar a vida e o mundo como centralidades. Assim, temos buscado uma metodologia merleau-*freireana*, que nos tem servido para a pesquisa e orientação metodológica dos processos educacionais, e para a luta (PASSOS, 2015). Essa compreensão tem nos ajudado a vivenciar, há alguns anos, coisas importantes que temos feito no noroeste do Estado de Mato Grosso, e, mais recentemente, a partir de 2015, no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, contribuindo para a nossa autocrítica para compreender aquilo que antes nos era invisível, fornecendo-nos perspectivas de descrição e intervenção.

Muitas dessas dimensões, ou a minoria delas, foram apontadas por Freire e ampliadas na obra de Brandão (2007). Experimentamos, por meio de nossos corpos e nossa sensibilidade, que juntos produzem-se textos, produzem-se encontros, desencontros, e eles nos afirmam como sujeitos de uma história das relações, de uma história só possível no convívio das diferenças, que somos e nos fazemos com as coisas, outros e outras.

Assim, afirmamos que a Economia Solidária se constrói por meio da relação com o outro, na proximidade e no respeito com os diferentes. A Economia Solidária tem vários desafios para a reprodução da agricultura familiar e camponesa, quilombola, indígena, etc. São muitas demandas que requerem do Estado/Nação a intensificação de políticas públicas e que essa chegue de fato aos mais pobres.

Assim, entre as ações do NEDET, podemos dizer que foi possível contribuir com a reestruturação do Colegiado, bem como com a constituição do Núcleo Diretivo, com a criação dos Comitês de Mulheres, Juventude, Povos Tradicionais e de Quilombo, além das Câmaras Temáticas de Formação, Educação do Campo e Cultura; Mapeamento e Levantamento de Trabalhadoras e Trabalhadores; de Articulação e Divulgação; de Comercialização e Economia Solidária.

O acompanhamento das ações do Colegiado tem nos mostrado que os desafios para a reprodução da agricultura familiar são imensos, o que requer a intensificação de políticas públicas e que essas cheguem de fato aos mais pobres. Nos 14 municípios que compõem esse Território pode se dizer que houve a participação intensa de oito municípios, que têm se reunido principalmente em torno da gestão da Central de Comercialização da Agricultura Familiar, construída a partir de demandas desse colegiado e com recursos do PROINF (Programa de Infra Estrutura aos Territórios Rurais e da Cidadania).

O Colegiado tem demandado várias ações do NEDET para além do planejamento da equipe. Foi possível contribuir com a organização de quatro Conferências Territoriais:

- Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, da Juventude e de Mulheres, além de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) A realização dessas Conferências foi possível, sobretudo, mediante várias parcerias que entendiam a importância do Território e que vida e cultura se desenvolvem a partir de e no território. As conferências são instrumentos que promovem a cidadania e de grande importância por serem mecanismos da construção de políticas públicas.

Também foi possível a contribuição com a reestruturação da composição do Colegiado e do Núcleo Diretivo do Território da Cidadania do Território da Cidadania da Baixada Cuiabana.

Reafirmamos que o trabalho, que se afirma como coletivo e compartilhado, é o que se dá no território desenvolvido pelas Comunidades Tradicionais

e Povos de Quilombo, o que contrasta com a valoração das pesquisas que desconectam os territórios e as culturas e se fixam apenas nos produtos, ignorando e invisibilizando as pessoas. É preciso dizer mais. Realizamos um trabalho complementar com setores invisibilizados, e que são marginalizados no que tange a recursos para sua expressividade e sobrevivência, que se encontra ameaçada. Essas comunidades tradicionais têm demonstrado o sentido de pertencimento ao território. De igual forma, esse povo tem mantido tradições de produção coletiva/comunitária, como foi possível compreender no Quilombo de São Benedito, no Município de Poconé, bem como a manutenção da riqueza cultural do povo mato-grossense.

Essa comunidade tem corpo e rosto da utopia que é possível ser realizada, que está em resistência e insistente construção por meio do movimento do território e da Economia Solidária, firmando que são brasileiros, afro-brasileiros, negros, indígenas. Esses rostos têm marcas identitárias que dizem de onde vieram e porque vieram. Vieram para comungar sentimentos, mas, por vezes, externar raivas como, eventualmente, seres inacabados fazemos, conforme expressava Paulo Freire (2015, p. 16):

[...] o tom da raiva, legítima raiva, que envolve o eu discurso quando me refiro às injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo. Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos. Em tempo algum pude ser um observador 'acinzentadamente' imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética.

Assim, entendemos que seguimos os ensinamentos de Paulo Freire, pois temos uma capacidade enorme de nos indignar, de tomar partido, de nos colocar no lugar do outro/outra, principalmente dos mais fragilizados, dos que sofrem mais preconceitos, acreditando que os projetos desses setores se *casam*. Os olhares falam, os corpos revelam, por vezes ouvimos pessoas como se tivessem saído dos cativeiros, por intermédio dos grupos de pesquisas e das universidades que aqui dialogam, quando juntos. O reconhecimento de nós mesmos, nas nossas escritas, nos nossos olhares. Rostos íbero-afro-ameríndios.

Aprendemos... bolsistas, estudantes, professores/as, camaradas, companheiros, capoeiristas, extensionistas, academia, sociedade, a lembrar os nossos e nossas ancestrais, na comunhão dos elementos, que vivem em comunhão conosco, na busca da emancipação, no olhar de Dona Benedita, lá, em Planalto da Serra, que nos ensina que é preciso de novo continuar a criar no agora.

Referências

BRANDÁO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Brasil Quilombola**. Brasília, DF: Seppir, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Mulheres do campo e da floresta: Diretrizes e ações nacionais**. Brasília, DF, 2011.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Carta Pastoral: São Félix do Araguaia, 10 out. 1971. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CISNE, Mirle. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CRUZ, Elizabeth Ferreira da. **Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/handle>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

DUSSEL, Domingos Enrique. **1492: o encobrimento do Outro: a origem do “mito da modernidade”**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Waldineia Antunes Alcântara; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; JESUS, Lori Hack. Tecendo a rede: movimentos... trançados... nós,

entre nós e conosco mesmo. In: PASSOS, Luiz Augusto et al. (Org.). **Ruação**: das epistemologias da rua à política da rua. Cuiabá: EdUFMT, Editora Sustentável, 2014. p. 253-265. (Série Palavração – pesquisa e vulnerabilidades – v. 1). Disponível em: <http://www.editora.ufmt.br/download/ebook_RuaAcao.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia da solidariedade**. Gravação, transcrição e tradução de Walter Ferreira de Oliveira. Org. e Supervisão da tradução de Nita Freire. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 52. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

PASSOS, Luiz Augusto et al. Memórias merleau-freireanas e perspectivas de trajetórias. In: PASSOS, Luiz Augusto et al. (Org.). **Ruação**: das epistemologias da rua à política da rua. Cuiabá: EdUFMT; Editora Sustentável, 2014. p. 369-377. (Série Palavração – pesquisa e vulnerabilidades – v. 1). Disponível em: <http://www.editora.ufmt.br/download/ebook_RuaAcao.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PASSOS, Luiz Augusto. **Palestra no Fórum Social Mundial**. Porto Alegre, 2015. (Informação verbal).

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos A. R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Conversas** – 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Recebimento em: 03/01/2017.

Aceite em: 03/02/2017.